

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

ATA N.º 21/2020

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE OUTUBRO

LOCAL DA REUNIÃO: VIDEOCONFERÊNCIA.

HORA DE ABERTURA: 14h30 HORAS

PRESENCAS:

PRESIDENTE DA CÂMARA: JOSÉ RODRIGUES PAREDES

VEREADOR: LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES

VEREADOR: VITOR EMANUEL CARDOSO DOS SANTOS FERREIRA

VEREADOR: LUIS HENRIQUE GRACIO AZEVEDO

VEREADORA: MARIA MARGARIDA MARINHEIRA DIAS CASCAREJO

VEREADORA: MAFALDA LOPES MENDES

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

VEREADORA: SÓNIA ANDREA RODRIGUES PEREIRA PIRES

SECRETARIOU: MANUEL JORGE PINTO LAIGINHAS, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

HORA DE ENCERRAMENTO: 17H00 HORAS

ORDEM DE TRABALHOS

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 – Aprovação da Ata_20_2020 de 09-10-2020.

Ponto 1.2 - Presente Proposta da Presidência n.º109/2020, referente a Pedido de Apoio Financeiro – Associação Santo Mamede – para aquisição de viatura, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações de Concelho de Alijó. – para aprovação.

Ponto 1.3 – Presente Proposta da Presidência n.º 110/2020, referente a Pedido de Apoio Financeiro - Resposta Social – Loja Social - Centro Social Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó. – para aprovação.

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2020/10/19, apresentando um total de disponibilidades de 6.068.813,49€, sendo 5.036.902,10€ de dotações orçamentais e 1.031.911,39 € de dotações não orçamentais. – para tomar conhecimento.

Ponto 2.2 – Presente informação 2020/804 referente à 24ª alteração orçamental permutativa 2020. – para tomar conhecimento.

Ponto 2.3 – Presente informação 2020/814 referente à 25ª alteração orçamental permutativa 2020. – para tomar conhecimento.

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL – GESTÃO ORGANIZACIONAL

Ponto 3.1 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de dois prédios rústicos, denominados “S. Domingos de Cima” inscrito na matriz com o número 432 e “Pinhais” inscrito na matriz com o número 3232, ambos da Freguesia de Alijó, em requerimento apresentado por António Pereira Borges. Contém parecer jurídico n.º 19/2020. - para aprovação.

Ponto 3.2 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de um prédio rústico, denominado “Barreira” inscrito na matriz com o número 5319, da União de Freguesias de Carlão e Amieiro, em requerimento apresentado por Maria de Fátima Quintas. Contém parecer jurídico n.º 20/2020. - para aprovação.

Ponto 3.3 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de um prédio rústico, denominado “Costa do Marco” inscrito na matriz com o número 115, da Freguesia de Sanfins do Douro, em requerimento apresentado por Joaquim José Afonso da Silva. Contém parecer jurídico n.º 21/2020. - para aprovação.

Ponto 3.4 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de quatro prédios rústicos, denominados “Cerro” inscrito na matriz com o número 833, “Tapado do Alferes” inscrito na matriz com o número 197, “Carvalho” inscrito na matriz com o número 476 e “Carvalho” inscrito na matriz com o número 479, todos da União de Freguesias de Carlão e Amieiro, em requerimento apresentado por Sara Andreia Aguiar Gonçalves da Silva, Notária com Cartório Notarial na Vila de Alijó, em representação de Alcino Hermes Moreira Meireles. Contém parecer jurídico n.º 22/2020. - para aprovação.

Ponto 3.5 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de um prédio rústico, denominado “Passemangas de Cima” inscrito na matriz com o número 692, da União de Freguesias de Castedo e Cotas, em requerimento apresentado por Goreti Pinto Conde. Contém parecer jurídico n.º 23/2020. - para aprovação.

4. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

Ponto 4.1 - Presente informação 2020/779 referente a proposta de prorrogação de prazo para entrega de faturas, relativo a comparticipação de livros de fichas para os alunos do 1º CEB – ano letivo 2020/2021.– para ratificação.

5. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Ponto 5.1 – Presente informação n.º 2020/19, referente ao Processo n.º 136/19 LEDI – Construção de um armazém (Decreto-Lei n.º 124/2006, 28 de junho na sua versão atual) – Declaração de Interesse Municipal. - para aprovação.

Ponto 5.2 – Presente informação n.º 2020/17, referente ao projeto de execução “Requalificação Urbanística do Pinhão – Fase I”. - para aprovação.

Ponto 5.3 – Presente informação n.º 2020/18, referente ao projeto de execução “Requalificação Urbanística do Pinhão – Fase II e III”. - para aprovação.

=====

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes, desejando uma boa reunião e dá início ao período de antes da ordem do dia.

Começa por fazer o ponto de situação da evolução da pandemia no concelho e de modo particular na IPSS de Sanfins do Douro.

No seguimento da realização de testes por amostragem, aos utentes e colaboradores das corporações de Bombeiros e IPSS do concelho por parte do Município, após o surgimento de um caso positivo na IPSS de Sanfins do Douro, foi testada toda a valência. Verificámos que estamos perante um surto significativo de COVID-19.

Face à situação foi convocada a Comissão Municipal de Proteção Civil que definiu qual a estratégia a implementar. Foi desenhado um plano de intervenção no terreno entre os representantes das entidades que se vão articular entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência.

Informa que foram testados todos os colaboradores do Município e aguardamos os resultados.

Na sequência da mesma reunião foi suspensa a feira quinzenal de Alijó por tempo indeterminado e recomendou-se a suspensão das diversas feiras no concelho.

Acionámos o Plano Municipal de Emergência e reabrimos o Gabinete de Crise municipal. Reativamos a Linha de Apoio Municipal a funcionar todos os dias das 9h00 às 19h00, mais uma forma de garantir o apoio a todos aqueles que se encontram em situação mais vulnerável

Em reunião com a Diocese de Vila Real foi colocada a possibilidade de suspender os atos religiosos em Sanfins do Douro. Este assunto será ponderado e posteriormente a população será informada sobre as decisões tomadas.

Assinámos os protocolos com as Junta de Freguesia no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias.

Celebrámos um memorando com a Associação Dignidade no sentido de irmos a participar a vacina da gripe para maiores de 65 anos.

Estamos a fazer diligências no sentido de criar uma linha telefónica de apoio dedicada à população de Sanfins do Douro no âmbito do surto de COVID-19 que surgiu naquela freguesia.

Informa que o Município de Alijó está a elaborar a candidatura ao cadastro rústico para que seja submetido em tempo útil.

O Vereador Vítor Ferreira (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes.

Faz o ponto de situação das medidas tomadas no âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil face ao surto de COVID-19 que surgiu na Freguesia de Sanfins do Douro.

Foi usada a Pousada da Juventude para instalar os utentes da IPSS de Sanfins do Douro, que testaram negativo, de acordo com o plano traçado de separar os utentes com resultado positivo dos utentes com resultado negativo.

O Gabinete de Crise do Município de Alijó está novamente ativo a partir de hoje e disponível todos os dias entre as 9 horas e as 19 horas. A Linha de Apoio Municipal foi reativada, visa apoio à população mais desfavorecida/vulnerável, como é o caso dos idosos, agregados familiares e pessoas isoladas principalmente os que vivem mais afastados ou isolados dos centros populacionais mais ativos, assume um desafio de conseguir fazer chegar auxílio às pessoas mais vulneráveis das nossas aldeias.

A Vereadora Mafalda Mendes (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes.

Alia-se às palavras do Sr. Presidente e Vice-Presidente. Reforça que a gestão da evolução desfavorável de casos positivos nos últimos dias obrigou a uma grande articulação com as diferentes entidades e autoridades do concelho. Felizmente com o contributo de todos foram trabalhadas soluções e respostas de atuação.

Por fim, recomenda calma e assertividade e as melhoras e rápida recuperação aos munícipes que contraíram a doença covid-19.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS) e Margarida Cascarejo (PS) apresentaram a seguinte intervenção, em conjunto:

- Expressamos a nossa forte preocupação face ao aumento do número de casos positivos ativos de Covid-19 no concelho e, em particular, em Sanfins do Douro, entre colaboradores e utentes da IPSS e

membros da corporação dos Bombeiros Voluntários.

Demonstramos perante a Câmara Municipal, a nossa disponibilidade para ajudarmos no que for possível nesta situação. Este é tempo de cerrarmos fileiras contra este vírus e, da nossa parte, a nossa disponibilidade para colaborar é total.

Deixamos aqui uma mensagem de solidariedade para com todos aqueles que testaram positivo e a todos desejamos melhoras. E desejamos ainda que seja negativo o resultado dos testes efetuados aos colaboradores do município, incluindo o executivo camarário.

O Município deve continuar a providenciar todo o apoio a esta situação porque, como todos já percebemos, este apoio de proximidade é fundamental para ajudar a superar uma situação que deve ser controlada com racionalidade e afetividade. Esta doença exige coordenação de esforços e trabalho de equipa, para tentarmos minorar os efeitos secundários e complementares que a mesma comporta.

Perante as informações hoje aqui prestadas pelo Presidente da Câmara, questionamos sobre o que está previsto quanto a testes de despistagem da Covid-19 nos próximos dias, bem como as soluções de retaguarda face a um previsível aumento dos casos nas próximas semanas e de que forma está a Câmara a articular-se com as autoridades de saúde.

Também questionamos sobre o alcance do anúncio efetuado pelo Presidente da Câmara de ativar o plano de emergência municipal.

Registamos uma melhoria na comunicação do Município sobre os casos de Covid-19, mais clara e objetiva. E é assim que terá de continuar a ser, informando-se a população com rigor, objetividade e verdade.

Solicitamos ser prontamente informados de novos desenvolvimentos que ocorram no âmbito da pandemia no concelho, pois essa informação deve ser-nos prestada, enquanto vereadores, e desse modo estaremos também melhor preparados para contribuir para um mais eficaz esclarecimento público sobre o evoluir da situação.

Qual o plano do Município para o fim de semana de finados, designadamente quanto ao cemitério municipal?

Ainda no domínio da saúde, terá de haver articulação entre o município e as entidades de saúde pública concelhias, regionais e nacionais, nomeadamente para garantir que as vacinas contra a gripe não irão faltar no nosso concelho, para os grupos de risco mas também para a população em geral, de maneira a evitar a cumulação entre a gripe e a covid-19, pelos efeitos devastadores que esta ocorrência pode provocar.

- Perante a recente notícia de que o Governo vai avançar com o cadastro rústico em 153 municípios da região centro e norte, havendo 20 milhões de euros de fundos comunitários para financiar o processo, questionamos se o Município de Alijó está abrangido e se irá candidatar-se a esta medida que nos parece da maior importância.

- Congratulamo-nos com a decisão tomada esta semana em Conselho de Ministros, de redução do valor das portagens em ex-SCUT e em autoestradas do Interior, abrangendo a A24 – Interior Norte e A4 – Subconcessão AE transmontana e Túnel do Marão.

- Relembramos os documentos em falta e solicitados na anterior reunião de Câmara.

O Presidente da Câmara (PPD/PSD.CDS-PP) retoma a palavra e presta esclarecimentos sobre as questões colocadas.

Informa que o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil foi ativado para organizar a intervenção das entidades e recursos disponíveis para responder em tempo útil às necessidades que decorrem do

surto pandémico da covid-19, tendo em vista minimizar os prejuízos e o restabelecimento da normalidade.

Dá conta que os cemitérios não serão encerrados, mas que será restringida a frequência de acordo com comunicado a publicar ainda hoje.

Vamos colaborar com a Santa Casa de Misericórdia de Alijó na realização de testes de despistagem de Covid-19 a todos os funcionários e utentes da UCCI.

Iremos patrocinar novamente a realização de testes de despistagem de Covid-19 em todas as IPSS do Concelho. Tendo em atenção a situação atual do país e, em particular, do nosso concelho causa algum desconforto e apreensão, mas o nosso compromisso é minimizar o risco e assegurar o bem-estar de todos.

A vacinação contra a gripe está a ser articulada com as autoridades de saúde e as juntas de freguesia. O Município irá compartilhar a vacinação aos maiores de 65 anos que não tem sido compartilhada pelo Serviço Nacional de Saúde.

A comunicação do Município no que diz respeito aos dados epidemiológicos da evolução da pandemia no Concelho de Alijó está mais funcional e otimizada, passa a estar em conformidade com os dados oficiais disponibilizados pela Unidade de Saúde Pública do ACeS Douro Norte.

Reconhecendo o contributo das IPSS do Concelho, na resolução conjunta dos problemas sociais na atual realidade estamos atentos à situação de fragilidade em que algumas se encontram por causa da pandemia do novo coronavírus. Estamos disponíveis para analisar “todas as propostas de ajuda” que cheguem ao Município.

=====

Antes de serem colocados à discussão e votação os pontos da ordem de trabalhos, pelo chefe da Divisão de Gestão Organizacional foi dito: “Solicita-se aos membros presentes que, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que não participem na respetiva discussão e votação.”

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 – Aprovação da Ata_20_2020 de 09/10/2020.

Deliberação: aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação o Vereador Luís Azevedo, por não ter estado presente.

Ponto 1.2 - Presente Proposta da Presidência n.º109/2020, referente a Pedido de Apoio Financeiro – Associação Santo Mamede – para aquisição de viatura, no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações de Concelho de Alijó, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelo Presidente da Câmara e por quem a lavrou.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, o Pedido de Apoio Financeiro – Associação Santo Mamede – para aquisição de uma viatura, no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações de Concelho de Alijó.

Ponto 1.3 – Presente Proposta da Presidência n.º 110/2020, referente a Pedido de Apoio Financeiro - Resposta Social – Loja Social - Centro Social Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelo Presidente da Câmara e por quem a lavrou.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, o Pedido de Apoio Financeiro - Centro Social Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada destinado a apoiar Resposta Social – Loja Social – no valor de 3.000,00€ (três mil euros), no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações do Concelho de Alijó.

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2020/10/19, apresentando um total de disponibilidades de 6.068.813,49€, sendo 5.036.902,10€ de dotações orçamentais e 1.031.911,39 € de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelo Presidente da Câmara e por quem a lavrou.

Deliberação: Tomado conhecimento.

Ponto 2.2 – Presente informação 2020/804 referente à 24ª alteração orçamental permutativa 2020, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelo Presidente da Câmara e por quem a lavrou.

Deliberação: Tomado conhecimento.

Ponto 2.3 – Presente informação 2020/814 referente à 25ª alteração orçamental permutativa 2020, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelo Presidente da Câmara e por quem a lavrou.

Deliberação: Tomado conhecimento.

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – GESTÃO ORGANIZACIONAL

Ponto 3.1 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de dois prédios rústicos, denominados “S. Domingos de Cima” inscrito na matriz com o número 432 e “Pinhais” inscrito na matriz com o número 3232, ambos da Freguesia de Alijó, em requerimento apresentado por António Pereira Borges. Contém parecer jurídico n.º 19/2020, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelo Presidente da Câmara e por quem a lavrou.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos do parecer jurídico e documentação anexa.

Ponto 3.2 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de um prédio rústico, denominado “Barreira” inscrito na matriz com o número 5319, da União de Freguesias de Carlão e Amieiro, em requerimento apresentado por Maria de Fátima Quintas. Contém parecer jurídico n.º 20/2020, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelo Presidente da Câmara e por quem a lavrou.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos do parecer jurídico e documentação anexa.

Ponto 3.3 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de um prédio rústico, denominado “Costa do Marco” inscrito na matriz com o número 115, da Freguesia de Sanfins do Douro, em requerimento apresentado por Joaquim José Afonso da Silva. Contém parecer jurídico n.º 21/2020, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelo Presidente da Câmara e por quem a lavrou.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos do parecer jurídico e documentação anexa.

Ponto 3.4 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de quatro prédios rústicos, denominados “Cerro” inscrito na matriz com o número 833, “Tapado do Alferes” inscrito na matriz com o número 197, “Carvalho” inscrito na matriz com o número 476 e “Carvalho” inscrito na matriz com o número 479, todos da União de Freguesias de Carlão e Amieiro, em requerimento apresentado por Sara Andreia Aguiar Gonçalves da Silva, Notária com Cartório Notarial na Vila de Alijó, em representação de Alcino Hermes Moreira Meireles. Contém parecer jurídico n.º 22/2020, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelo Presidente da Câmara e por quem a lavrou.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos do parecer jurídico e documentação anexa.

Ponto 3.5 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de um prédio rústico, denominado “Passemangas de Cima” inscrito na matriz com o número 692, da União de Freguesias de Castedo e Cotas, em requerimento apresentado por Goreti Pinto Conde. Contém parecer jurídico n.º 23/2020, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelo Presidente da Câmara e por quem a lavrou.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos do parecer jurídico e documentação anexa.

4. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

Ponto 4.1 - Presente informação 2020/779 referente a proposta de prorrogação de prazo para entrega de faturas, relativo a comparticipação de livros de fichas para os alunos do 1º CEB – ano letivo 2020/2021, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelo Presidente da Câmara e por quem a lavrou.

Deliberação: ratificado, por unanimidade, o despacho exarado pelo Presidente da Câmara quanto à prorrogação de prazo para entrega de faturas, nos termos da informação técnica, conforme dispõe o n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

5. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Ponto 5.1 – Presente informação n.º 2020/19, referente ao Processo n.º 136/19 LEDI – Construção de um armazém (Decreto-Lei n.º 124/2006, 28 de junho na sua versão atual) – Declaração de Interesse Municipal, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelo Presidente da Câmara e por quem a lavrou.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, o reconhecimento de interesse municipal na construção de um

armazém para armazenamento de barricas e cubas de vinho no âmbito do n.º 11 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28/06, na sua atual redação.

Mais se delibera a submissão do presente processo para apreciação e parecer vinculativo da Comissão Municipal da Defesa da Floresta, nos termos do art.º 16.º do citado diploma legal.

Ponto 5.2 – Presente informação n.º 2020/17, referente ao projeto de execução “Requalificação Urbanística do Pinhão – Fase I”, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelo Presidente da Câmara e por quem a lavrou.

Deliberação: revogada, por unanimidade, a deliberação de aprovação, referente à informação n.º UOFUOT/2020/15, constante do “Ponto 3.1” da Ordem do Dia da Reunião de Câmara de 09/10/2020.

Mais foi deliberado aprovar, por unanimidade, o projeto de execução “Requalificação Urbanística do Pinhão – Fase I”.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS) apresentaram a seguinte declaração de voto:

“A requalificação da Vila do Pinhão, designadamente a Rua António Manuel Saraiva, representa um projeto estratégico da maior importância, não apenas para o concelho de Alijó, mas também para toda a Região.

Temos defendido uma intervenção profunda na Vila do Pinhão e por isso, é com um misto de satisfação e expectativa que recebemos as recentes notícias do reconhecimento pelo Conselho Intermunicipal da CIMDouro, assegurando, em sede de Provere, o financiamento de uma 1.ª fase do projeto de requalificação.

A urgência da aprovação por este executivo camarário das várias fases do projeto de requalificação, leva-nos a aceitar a inclusão destes pontos na ordem do dia desta reunião, apesar de parte desta documentação nos ter sido disponibilizada apenas no dia ontem, véspera desta importante Reunião de Câmara.

Naturalmente que o muito escasso tempo disponível para análise desta vasta documentação, impede-nos de, com a profundidade desejável, tomarmos conhecimento de todos os aspetos deste projeto.

E nessa medida, criticamos este procedimento. Desde há anos que temos solicitado a apresentação ao executivo dos materiais relacionados com a elaboração deste projeto. E não se compreende que não tenham sido partilhados connosco e apenas em cima desta Reunião, esta documentação nos tenha sido plenamente disponibilizada. Note-se que alguns dos pareceres de entidades externas aqui apresentados, datam de 2017, ainda no tempo do anterior mandato. Porque não foi apresentado antes?

Não fomos, com efeito, envolvidos na elaboração deste projeto. Atenta a envergadura da obra a implantar, seria importante que a oposição fosse previamente ouvida e tivesse a oportunidade de se pronunciar sobre as várias soluções possíveis.

Não está também demonstrado que a Freguesia tenha sido envolvida no desenvolvimento deste processo. Não é aqui apresentado qualquer parecer da Junta de Freguesia, nem ocorreu qualquer esforço de discutir publicamente o projeto de requalificação, nas suas diversas facetas. Porque não a realização de um concurso de ideias? Houve tempo suficiente para isso.

Seria muito útil e proveitoso para todas as partes envolvidas, ter havido maior abertura e participação na preparação deste projeto.

Ainda assim, procuramos sempre estar do lado da solução e nunca do lado do problema, pelo que não inviabilizaremos a aprovação deste projeto, instando o Município a tudo fazer para aproveitar as oportunidades possíveis de financiamento para as diversas fases deste projeto. Não será por parte desta oposição camarária que serão levantados entraves a que este processo decorra com o máximo de

celeridade e se traduza em ganhos reais para o Pinhão e o concelho, com benefício de toda a Região.”

Ponto 5.3 – Presente informação n.º 2020/18, referente ao projeto de execução “Requalificação Urbanística do Pinhão – Fase II e III”, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelo Presidente da Câmara e por quem a lavrou.

Deliberação: revogada, por unanimidade, a deliberação de aprovação, referente à informação n.º UOFUOT/2020/16, constante do “Ponto 3.2” da Ordem do Dia da Reunião de Câmara de 09/10/2020.

Mais foi deliberado aprovar, por unanimidade, o projeto de execução “Requalificação Urbanística do Pinhão – Fase II e Fase III”.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS) apresentaram a seguinte declaração de voto:

“A requalificação da Vila do Pinhão, designadamente a Rua António Manuel Saraiva, representa um projeto estratégico da maior importância, não apenas para o concelho de Alijó, mas também para toda a Região.

Temos defendido uma intervenção profunda na Vila do Pinhão e por isso, é com um misto de satisfação e expectativa que recebemos as recentes notícias do reconhecimento pelo Conselho Intermunicipal da CIMDouro, assegurando, em sede de Prover, o financiamento de uma 1.ª fase do projeto de requalificação.

A urgência da aprovação por este executivo camarário das várias fases do projeto de requalificação, leva-nos a aceitar a inclusão destes pontos na ordem do dia desta reunião, apesar de parte desta documentação nos ter sido disponibilizada apenas no dia ontem, véspera desta importante Reunião de Câmara.

Naturalmente que o muito escasso tempo disponível para análise desta vasta documentação, impedem-nos de, com a profundidade desejável, tomarmos conhecimento de todos os aspetos deste projeto.

E nessa medida, criticamos este procedimento. Desde há anos que temos solicitado a apresentação ao executivo dos materiais relacionados com a elaboração deste projeto. E não se compreende que não tenham sido partilhados connosco e apenas em cima desta Reunião, esta documentação nos tenha sido plenamente disponibilizada. Note-se que alguns dos pareceres de entidades externas aqui apresentados, datam de 2017, ainda no tempo do anterior mandato. Porque não foi apresentado antes?

Não fomos, com efeito, envolvidos na elaboração deste projeto. Atenta a envergadura da obra a implantar, seria importante que a oposição fosse previamente ouvida e tivesse a oportunidade de se pronunciar sobre as várias soluções possíveis.

Não está também demonstrado que a Freguesia tenha sido envolvida no desenvolvimento deste processo. Não é aqui apresentado qualquer parecer da Junta de Freguesia, nem ocorreu qualquer esforço de discutir publicamente o projeto de requalificação, nas suas diversas facetas. Porque não a realização de um concurso de ideias? Houve tempo suficiente para isso.

Seria muito útil e proveitoso para todas as partes envolvidas, ter havido maior abertura e participação na preparação deste projeto.

Ainda assim, procuramos sempre estar do lado da solução e nunca do lado do problema, pelo que não inviabilizaremos a aprovação deste projeto, instando o Município a tudo fazer para aproveitar as oportunidades possíveis de financiamento para as diversas fases deste projeto. Não será por parte desta oposição camarária que serão levantados entraves a que este processo decorra com o máximo de celeridade e se traduza em ganhos reais para o Pinhão e o concelho, com benefício de toda a Região.”

=====

Por unanimidade dos membros presentes, e nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, as deliberações foram aprovadas em minuta.

APROVAÇÃO DA ATA

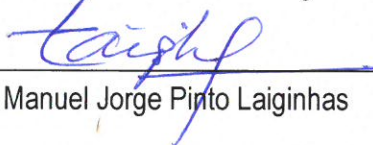
Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 06/11/2020, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim, chefe da Divisão de Gestão Organizacional desta Autarquia.

O Presidente da Câmara



José Rodrigues Paredes

O Chefe da Divisão de Gestão Organizacional



Manuel Jorge Pinto Laiginhas